

TRIBUNAL DO JÚRI



Universidade Estadual de Santa Cruz

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

JAQUES WAGNER - GOVERNADOR

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

OSVALDO BARRETO FILHO - SECRETÁRIO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ

ANTONIO JOAQUIM BASTOS DA SILVA - REITOR

ADÉLIA MARIA CARVALHO DE MELO PINHEIRO - VICE-REITORA

DIRETORA DA EDITUS

MARIA LUIZA NORA

Conselho Editorial:

Maria Luiza Nora – Presidente

Adélia Maria Carvalho de Melo Pinheiro

Antônio Roberto da Paixão Ribeiro

Dorival de Freitas

Fernando Rios do Nascimento

Jaênes Miranda Alves

Jorge Octavio Alves Moreno

Lino Arnulfo Vieira Cintra

Maria Laura Oliveira Gomes

Marcelo Schramm Mielke

Marileide Santos Oliveira

Paulo César Pontes Fraga

Raimunda Alves Moreira de Assis

Ricardo Matos Santana

MARCOS BANDEIRA

TRIBUNAL DO JÚRI

De conformidade com a Lei n.º 11.689, de 09 de
junho de 2008, e com a ordem constitucional

Ilhéus - Bahia
2010



Editora da UESC

©2010 by MARCOS ANTONIO SANTOS BANDEIRA

Direitos desta edição reservados à
EDITUS - EDITORA DA UESC
Universidade Estadual de Santa Cruz
Rodovia Ilhéus/Itabuna, km 16 - 45662-000 Ilhéus, Bahia, Brasil
Tel.: (73) 3680-5028 - Fax: (73) 3689-1126
<http://www.uesc.br/editora> e-mail: editus@uesc.br

PROJETO GRÁFICO E CAPA
Alencar Júnior

REVISÃO
Maria Luíza Nora
Genebaldo Pinto Ribeiro

FOTOS DA CAPA
Jonildo Glória

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B214 Bandeira, Marcos.
Tribunal do júri: de conformidade com a Lei n. 11.689,
de 09 de junho de 2008 e com a ordem constitucional /
Marcos Bandeira. – Ilhéus : Editus, 2010.
386p.

ISBN: 978-85-7455-195-1

1. Júri. 2. Júri – Brasil – História.

CDD – 345.07581

Ficha catalográfica: Elisabete Passos dos Santos - CRB5/533

Dedico este livro a todos os meus familiares e amigos, especialmente aos meus pais, Sebastião Bandeira e Marluce Magalhães Santos Bandeira, que souberam, como ninguém, através do afeto e das ações, plantar a semente do amor, da perseverança, da humildade e da compreensão, adubando o caminho seguro que eu haveria de percorrer. Aos meus irmãos, encarnados e desencarnado, pelo privilégio do convívio fraterno e solidário.

A minha esposa Rosana, e meus filhos Michelle, Danielle, Marcos Bandeira Junior e Francielle, joias preciosas de um tesouro inefável e razão das minhas lutas e sonhos. São o meu refúgio e a minha fortaleza, com quem compartilho as minhas dores e as minhas alegrias. Ao meu querido sogro, Vicente Pires, escritor e advogado, que me ajudou a dar os primeiros passos na vida forense e me ensinou, com o seu jeito peculiar de ser, a apreciar a boa leitura de

um livro e a enfrentar os desafios da vida com mais poesia e desprendimento.

Aos amigos, colegas e alunos pelo abraço solidário e pelo incentivo.

A todos os serventuários, promotores e advogados criminalistas que laboraram comigo na tribuna do júri, e que, na dramaticidade da luta pela vida e pela liberdade, deixaram, cada um, no seu jeito peculiar de ser, o seu olhar, o seu gesto e a sagrada palavra, contribuindo assim para a construção desta obra.

A todos os admiradores e frequentadores assíduos do Tribunal do Júri, representados na figura singular de “Zito Bolinha” (in memoriam), que sempre sentava nas cadeiras da frente do plenário e dizia compenetrado: “Doutor, aqui se aprende lições de vida que não se ensinam nos livros e nem na escola”, a minha eterna gratidão e o meu respeito.

Agradeço a Deus pelo dom da vida, pela generosidade de Sua graça e pela presença manifesta em nossas vidas.

Agradecimentos

Agradeço penhoradamente ao meu ex-aluno e serventário Márcio Oliveira Gomes, e à minha ex-aluna e estagiária Fanne Oliveira, pela disponibilidade e auxílio indispensáveis na organização de todo o material da obra, seja na realização das pesquisas e discussão dos tópicos, seja nos ajustes dos textos e das referências bibliográficas. Também ao acadêmico de Direito Jefferson Domingues, pela colaboração nos ajustes finais desta obra.

Finalmente, agradeço à professora Maria Luíza Nora, professora e membro da Academia de Letras de Ilhéus, pela inestimável contribuição de proceder a revisão geral desta obra, e ao professor Genebaldo Pinto Ribeiro pela lapidação final e a acomodação da obra às exigências da ABNT.

PREFÁCIO

Há exatos dez anos iniciava minha carreira na magistratura do Estado da Bahia. À época, tive minha primeira assunção na Comarca de Piatã, cidade fria, mas muito acolhedora, localizada no topo da Chapada Diamantina. Logo nos primeiros dias de trabalho, deparei-me com o primeiro Júri a ser por mim presidido. Em verdade, um caso sem maiores repercussões e de pouca complexidade, contudo, estava tomado por certa “insegurança”. Sem dúvidas, algo absolutamente normal, até porque seria meu primeiro contato com grande parcela da comunidade local. Precisava então superar este obstáculo e, para isso, sentia a necessidade de ouvir alguém experiente, que pudesse me transmitir, naquele momento, a segurança pessoal e técnica necessária para entrar em plenário e presidir o julgamento.

Foi neste momento que tive o primeiro contato com o juiz Marcos Antonio Santos Bandeira. Acredito que ele próprio sequer se lembre de minha inesperada ligação, mas aqui pelo Estado da Bahia se o assunto a ser tratado fosse Júri, todas as vozes ecoavam em uma única direção, a Comarca de Itabuna, onde Marcos Bandeira exercia a titularidade na Vara

do Júri. Sem dúvidas para ele se tratava de mais um colega inexperiente buscando auxílio, mas para mim era a oportunidade única de subtrair todas as dúvidas que ainda persistiam.

Dito e feito; em brevíssimas palavras que me foram dirigidas, num curto espaço de tempo, pude constatar a grandeza do magistrado que estava me ouvindo. Dificilmente alguém teria sido mais atencioso e preciso nas colocações do que Marcos Bandeira. Seus esclarecimentos técnicos e suas palavras de incentivo foram o combustível que faltava para que eu pudesse presidir o referido julgamento com a tranquilidade necessária que sempre deve nortear o juiz.

Apesar do decurso do tempo, guardo o momento narrado como um verdadeiro marco em minha carreira, pois a partir deste primeiro contato que mantive com Bandeira, percebi ter me deparado com um juiz garantidor e humanista, extremamente preocupado com a aplicação suprema da Constituição Federal, princípios que me norteiam até hoje em minha atividade judicante.

E, agora, com a publicação da obra Tribunal do Júri - De conformidade com a Lei n.º 11.689, de 09 de junho de 2008, e com a ordem constitucional, o juiz Marcos Antonio Santos Bandeira consagra sua brilhosa e consolidada carreira jurídica, nos brindando com seu pensamento moderno que nos conduz ao verdadeiro alcance das normas constitucionais relativas ao tema em destaque, pois a nenhum

dispositivo legal infraconstitucional é facultado ignorar valores constitucionais, os quais, sem dúvidas, servem de lastro para a interpretação de todo o ordenamento jurídico.

Traz o autor importante colaboração às letras jurídicas, pois além de comentar todos os pontos relativos à reforma do Tribunal do Júri, com destaques comparativos da antiga e nova redação de cada dispositivo legal, nos faz refletir sobre aspectos relevantes, com pensamento inserido num prisma constitucional, a exemplo da necessidade de abolição da cadeira do réu e da sala secreta, da manutenção da paridade na posição das partes durante o julgamento, do alcance do princípio *in dubio pro societate*, do interrogatório do acusado como meio de defesa, da possibilidade de se realizar o julgamento sem a presença do réu, do sigilo absoluto do voto e da soberania dos veredictos, situações que nos conduzem à garantia plena da defesa em plenário. Mas não é só. A obra se preocupa também com a parte prática ao trazer modelos de quesitos e comentários sobre as respostas dadas pelos jurados, o roteiro da sessão do Tribunal do Júri em plenário, além de modelos de sentenças de pronúncia, impronúncia, desclassificação, absolvição sumária e condenatória.

Eis um trabalho de visíveis e indesmentíveis qualidades, que se revela de leitura obrigatória para todos aqueles que sonham e buscam um Tribunal do Júri Constitucional, na mais verdadeira amplitude do significado de sua existência. E ninguém melhor

do que Marcos Bandeira, juiz, professor e doutrinador, para tratar com absoluta maestria sobre a reforma do Tribunal do Júri, com seu olhar crítico de mais de duzentos e cinquenta júris presididos, o que faz com que sua obra receba o título de excelência, a ser aclamada por todos nós, operadores do direito.

Ricardo Augusto Schmitt

Juiz de Direito/BA

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
------------------	----

CAPÍTULO I

Origem do Tribunal do Júri	21
Breve histórico do júri no Brasil.....	27
Era do Pós-Positivismo Jurídico	32
Novo paradigma	34
O Tribunal do Júri no atual contexto histórico.....	37
Direito Processual Constitucional e a interpretação conforme a Constituição	39
Princípio norteador e principais características do CPP de 1941	42

CAPÍTULO II

As mudanças do Tribunal do Júri na sua primeira fase	45
Instrução preliminar	45
<i>Mutatio Libelli</i>	59
<i>Emendatio Libeli</i>	61
Alegações orais	62
Celeridade e o princípio da identidade física do juiz	63

Pronúncia.....	65
A releitura do princípio <i>in dubio pro societate</i>	69
Revogação da prisão decorrente exclusivamente da pronúncia	73
Intimação da pronúncia – fim da crise de instância	76
Impronúncia	78
Absolvição sumária	81
Desclassificação	91
Desaforamento	95
Organização da pauta	100
Sorteio dos vinte e cinco jurados.....	102
Convocação dos jurados, isenção e recusas	104
Recusa com base na consciência	109
A função de jurado e seus benefícios	112
Dispensa, prazo e responsabilidade penal do jurado ...	114
Composição do tribunal do júri e do Conselho de Sentença.....	117
Reunião e sessões do Tribunal do Júri.....	123
Roteiro da sessão do Tribunal do Júri em plenário...	124
Instalação da sessão do Tribunal do Júri.....	124
A posição do Ministério Público e da defesa no plenário do Tribunal do Júri.....	136
Abolição da cadeira do réu	139
Ausência do Ministério Público, do assistente de acusação, do defensor e do acusado à sessão do júri	141
Ausência de testemunha.....	148

Recolhimento das testemunhas e do ofendido, se for o caso	150
Verificação da urna e instalação da sessão.....	153
Adiamento da sessão e sorteio de suplentes	154
Sorteio dos sete jurados na sessão de julgamento	155
Separação de julgamento	157
Arguição de impedimento, suspeição e incompatibilidade contra o juiz, Ministério Público, jurado ou serventário	159
Formação do Conselho de Sentença, compromisso e distribuição de peças e do relatório do processo	160
Instrução plenária	161
Interrogatório do acusado em plenário	166
Leitura de peças.....	169
Utilização de algemas	169
Gravação das audiências	171
Debates	173
Princípio da plenitude da defesa no júri	177
Reinquirição de testemunhas.....	180
Apartes.....	181
Vedação a referências durante os debates em plenário..	185
Proibição de leitura de documentos ou exibição de objetos	188
Pedido de esclarecimentos durante os debates	190
Esclarecimentos depois dos debates.....	192
Quesitação	194

Fontes da quesitação	198
Ordem da quesitação	200
Concurso de pessoas e de crimes	205
Modelos de questionários.....	205
Desclassificação própria	216
Desclassificação imprópria.....	219
Participação	221
Crimes conexos.....	228
Leitura dos quesitos e respectiva explicação	228
Votação na sala especial	229
Abolição da sala secreta	230
Contradição na quesitação	238
Sentença condenatória	238
Sentença absolutória	241
Ata de julgamento.....	242
Atribuições do juiz-presidente	243
Extinção do protesto por novo júri	244
Aplicação da lei no tempo	245
A ampliação da Competência dos crimes afetos ao Tribunal do Júri.....	246
Soberania dos veredictos do Tribunal do Júri	249
Referências	257
Apendices.....	263
Anexos.....	301

INTRODUÇÃO

Esta obra nasceu despreziosamente, até mesmo por acaso, e voltada inicialmente para auxiliar alguns colegas da magistratura criminal diante das mudanças operadas pela nova lei do Tribunal do Júri – a Lei n.º 11.689/2008 – que entrou em vigor no dia 09 de agosto de 2008. Todavia, em virtude da prática na presidência do júri por mais de quinze anos e atuando na cátedra de Direito Processual Penal da Universidade Estadual de Santa Cruz, resolvemos aprofundar um pouco mais o tema e sistematizá-lo para servir de instrumento e guia para os estudantes de Direito, advogados e magistrados que atuam na área, enfim, para todos aqueles que se interessam pela matéria ou mourejam no plenário do Tribunal do Júri.

Evidentemente que não tivemos a presunção de escrever uma obra pronta e acabada, como algo imune a críticas, contrario sensu, voltamos a nossa preocupação para comentar a lei por inteiro, exteriorizando o nosso pensamento com base na boa doutrina nacional e nas decisões dos tribunais superiores, mas também não deixando de registrar o nosso olhar crítico, garantista, humanista e voltado para uma interpretação conforme a Constituição.

A obra está dividida em três partes. A primeira parte trata da evolução histórica do Tribunal do Júri – a instituição mais democrática em atuação no Brasil – até os nossos dias, mostrando a correlação entre os princípios informadores do Código de Processo Penal de 1941 com a nova ordem constitucional de 1988, e o exurgimento de um novo paradigma – Jus-Positivista –, o que obrigou alguns juízes a reconhecer a invalidade de algumas normas infraconstitucionais relativas ao Tribunal do Júri e a aplicar alguns princípios constitucionais, antecipando alguns dispositivos da nova lei do Tribunal do Júri, como a abolição da cadeira do réu e da sala secreta, bem como a possibilidade da realização do julgamento em plenário sem a presença do acusado. A segunda parte trata dos comentários de cada tópico da nova lei, embasados na boa doutrina e no âmbito de uma visão constitucional e atual, mostrando a antiga e a nova redação dos dispositivos correspondentes, realçando as inovações e as consequências práticas de cada dispositivo, ousando, inclusive, sugerir quesitos para determinadas teses sustentadas no Tribunal do Júri e tecer comentários sobre as consequências do julgamento em face de eventuais respostas dadas pelos jurados aos quesitos que lhes forem formulados. A última parte cinge-se à parte prática do livro, mercê da experiência do autor há mais de quinze anos na presidência do Tribunal do Júri e já ultrapassando duzentos e cinquenta júris presididos, trazendo e sugerindo modelos de quesiti-

tos e de sentenças de pronúncia, impronuncia, absolvição sumária, desclassificação e condenatórias do Tribunal do Júri, além de súmulas do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, contando, ainda, com o auxílio da legislação pertinente, o que torna o livro um guia prático para todos aqueles que labutam no Tribunal do Júri.

